

UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO: APROPRIAÇÃO E FRUIÇÃO COLETIVAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.♦

Ângelo Emílio da Silva Pessoa¹

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro (WEIL, 2001, p.43).

O passado é, ao mesmo tempo, um lastro e uma armadilha, porque ele é, *antes de mais nada, um direito*, (...). O direito à memória coletiva significa o direito de definir, no passado, o que pesa e o que ajuda. Devemos fazer tabula rasa do passado, certamente! Contra as referências-armadilhas à história. Mas, ao mesmo tempo, devemos colocar o passado a serviço do presente para ajudar a inaugurar o porvir...(CHESNEAUX, 1995, 194. Grifo do autor).

Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador (BLOCH, 2001, p. 65-66).

É lugar comum falar-se em “cidades históricas”, entendidas grosso modo e forma geral como cidades que possuem um valioso acervo arquitetônico, que são objeto de visitas de turistas, estudantes e outros interessados. É indiscutível que, no caso do Brasil, cidades como Olinda, Ouro Preto, Salvador, entre outras, reúnem um riquíssimo acervo que deve ser visitado e exige cuidados e valorização constante por parte da sociedade e dos poderes públicos. Ainda cumpre destacar que as mais recentes experiências com o patrimônio e sua preservação também destacam elementos antes postos à sombra, que são as expressivas manifestações culturais de diferentes grupos sociais, que agregam uma face intangível ou imaterial ao patrimônio material².

♦ Esse artigo é resultado da retomada, no âmbito do PIBID, de experiência desenvolvida como Professor na Rede Municipal de Educação de Campinas (SP) e então Coordenador do Grupo de Estudos e Trabalho “Os Estudos do Meio na Prática Pedagógica”, entre os anos de 2002 e 2005. Muitas das idéias aqui expressadas foram desenvolvidas em conjunto com a historiadora Mirza Pellicciotta, Também registramos agradecimento e relevante colaboração à Prof^a Carolina Galzerani (Unicamp) e todos os professores integrantes do Grupo.

¹ Professor do Departamento de História e Coordenador do Sub-projeto do PIBID de História da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Secretário da seção estadual da ANPUH-Paraíba, gestão 2014-16.

² Há certo acúmulo de discussões sobre as práticas de preservação patrimonial e sobre as mudanças em relação à percepção de patrimônio, envolvendo especialistas de áreas diversas. Um artigo da última década enfeixa um conjunto de percepções de forma bastante significativa a respeito da questão. Veja-se FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. IN: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. pp. 49-58.

Dessa forma, além da valorização do acervo arquitetônico ou dos bens móveis, registros materiais da cultura, que foram sendo alargados a partir da preservação de testemunhos dos aqui denominados grupos dominantes das diversas sociedades, paulatinamente também foi ganhando corpo uma noção mais ampla de preservação de testemunhos de grupos aqui chamados de forma geral subalternos, que perfazem desde objetos de uma cultura material em geral mais modesta, até as novas concepções de preservação e valorização de expressões culturais sem bases especificamente materiais, consubstanciadas em artes de fazer, que se manifestam em danças, práticas artesanais, cozinha tradicional, entre outras³, ou ainda do patrimônio ambiental, perigosamente ameaçado pelos processos acelerados de desenvolvimento econômico. Essas mudanças de noção correm correlatas à mesma ampliação dos horizontes da pesquisa histórica e arqueológica e à prática museológica. Em movimento geral, expande-se a noção de memória, que procura abarcar uma crescente amplitude de vozes e imagens que permaneceram longamente caladas ou obscurecidas pelas práticas que visavam a preservar apenas os registros triunfantes daqueles que detinham o poder em temporalidades diversas. É nessa seara que a noção de patrimônio transita de patrimônio histórico para patrimônio cultural.

Assim, as noções de preservação patrimonial se expandem, englobando suportes cada vez mais amplos e ultrapassando fronteiras antes bem demarcadas. Não apenas as cidades, nem apenas as cidades ditas “históricas”, ou ainda determinados grupos de escol, merecem preocupação quanto à preservação de seus testemunhos em lata acepção, mas essas providências se voltam para uma larga faixa de atuação, que não fica restrita exclusivamente aos organismos de proteção patrimonial, mas que ganha contornos de participação de grupos sociais diversos na fruição do direito à memória⁴, mas também no estabelecimento de critérios em relação ao que deva ser considerado relevante para esses fins bem como às práticas de preservação que sejam mais adequadas às sociedades e grupos locais.

³ As mudanças e ampliações dessas noções de patrimônio e suas problemáticas de preservação podem ser percebidas através de uma série de estudos e documentos negociados desde a década de 1930, em âmbito internacional, conhecidos como Cartas Patrimoniais, das quais são signatários diversos países. Veja-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

⁴ De maneira geral, podemos perceber no Brasil o tratamento da memória com direito da cidadania e no bojo dos processos de redemocratização, a partir de um evento com essa denominação realizado em 1991, pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, que reuniu participação expressiva de estudiosos e agentes atuantes na área de preservação patrimonial. Veja-se SÃO PAULO (CIDADE). *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

Pensada a questão inicial em relação a algumas outras cidades (ou mesmo todas as cidades)⁵, essas, ainda que não apresentem conjuntos tão expressivos quanto às mencionadas acima, possuem comumente alguma área denominada “centro histórico”, que reúne geralmente alguns testemunhos arquitetônicos de sua fundação ou de seus primeiros tempos ou ainda de uma relevância especial para sua memória, que atestam uma qualidade digna de nota e que exigem providências para a sua preservação. Além do mais, em determinados arrabaldes ou áreas rurais existem testemunhos que levantam a discussão sobre a importância em relação à sua preservação. Não apenas em relação aos conjuntos arquitetônicos, mas também em relação ao universo mais amplo das práticas culturais, há preocupações em registrar e preservar em alguma medida costumes, falares, artes de fazer, que vão sendo abandonadas em função de novos hábitos que se vão adotando e incorporando. Certamente, cumpre aqui lembrar, com Michel de Certeau⁶, que muitos desses novos hábitos vão sendo incorporados de formas criativas, que implicam na geração de novas artes e artimanhas, insuspeitas para aqueles que preconizam uma produção padronizada em série e uma sociedade standardizada. A recriação de patrimônios é, assim, parte da própria experiência de viver.

Dessa forma, a questão das discussões sobre as práticas de preservação ultrapassa os limites de um corpo estrito de agentes especializados – embora ele seja um elemento que não possa e nem deva ser desprezado – e se coloca necessariamente num plano mais abrangente de interação entre diversos personagens sociais. Nessa perspectiva, entre esses agentes, ganham relevo os grupos sociais destituídos dos cabedais de conhecimentos mais formalizados e detentores de outros saberes, que, geralmente, são os maiores “beneficiários” ou ainda “vítimas” dessas mesmas práticas.

Nesse sentido, a questão das políticas patrimoniais (é delas, que em última instância aqui falamos) não se restringe aos institutos legais de preservação ou aos órgãos especializados em sua administração – que têm seu lugar e papel no bojo da

⁵ Cumpre, aqui, ressaltar que ao falarmos em cidade, não estamos falando exclusivamente do ponto de vista de uma aglomeração urbana, mas tomando num sentido mais lato e geral, que associa as urbes ao seu entorno, nos quais se agregam em graus variados as territorialidades urbanas e rurais, já não tão separadas por clivagens nítidas entre as mesmas.

⁶ Pensamos nas engenhosas percepções de Certeau e sua equipe de pesquisa que, nos anos 1970, voltaram-se para as chamadas *operações dos usuários*, que denotavam a possibilidade de práticas, artes de fazer, astúcias, que revelavam uma dimensão insuspeitada no que foi denominado uma *cultura muito ordinária*. Veja-se em CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. vol. 1. (Artes de Fazer). 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2004 e CERTEAU, Michel de GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano*. vol. 2 (Morar, cozinhar). 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

questão – mas alonga-se em muito no horizonte da participação política que interessa a todos os que integram a cidadania. Também ganha ênfase a relação entre as políticas patrimoniais e uma educação patrimonial – pensada essa numa chave que não se limite a uma reiteração de uma visão engessada dos significados de patrimônio – que passa a ser entendida como um elemento indispensável para o sucesso de qualquer iniciativa que se pretenda consistente nessa área, agregando os diversos conhecimentos e saberes numa relação interativa e construtiva de perspectivas de um patrimônio que realmente seja direito à fruição de todos, comum ao passado de todos e aberto à percepção das múltiplas dimensões que esse passado (ou mesmo passados) pode ganhar.

Postas essas considerações de ordem mais geral, vamos partir para uma discussão mais amidiada de uma experiência realizada na cidade de Campinas (SP), entre os anos de 2002 e 2005, consubstanciada em algumas produções, tais como um livro de subsídio didático para professores, exposições, oficinas pedagógicas e instalação de uma sinalização patrimonial naquela cidade. Esse conjunto de experiências envolveu uma cooperação estreita de órgãos e agentes de áreas diversas, tendo os setores da educação, cultura e turismo como catalisadores maiores dos esforços despendidos. Em determinados momentos, nos referiremos a nossa própria atuação no singular, posto o caso que fomos um desses agentes atuantes nessa experiência.

Grupo de Trabalho Os Estudos do Meio na Prática Pedagógica

No início do ano letivo de 2002, uma reunião de professores de História e Geografia da Rede Municipal de Educação de Campinas decidiu alterar os moldes através dos quais se vinha praticando a formação continuada, realizada há cerca de uma década através de disciplinas. Buscavam-se novos horizontes através de práticas interdisciplinares, enriquecendo o cabedal de experiências adquiridas pelos grupos ao longo dos anos. Pensada uma proposta que agregasse professores de disciplinas diferentes em um mesmo espaço de estudos e trabalho, chegou-se à conclusão de que os “estudos do meio” surgiam como perspectiva que atendia a essa expectativa.

Em maio daquele mesmo ano, então atuando como Professor na Escola Municipal “Dr. João Alves dos Santos” (situada no Bairro Boa Vista, região da periferia urbana e limítrofe com o Município de Hortolândia e com o Complexo Penitenciário

Campinas-Hortolândia, conhecido como “Ataliba Nogueira”, uma das áreas de índices sócio-econômicos mais baixos da cidade), apresentei ao Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação o projeto de criação do Grupo de Estudos e Trabalho “Os Estudos do Meio na Prática Pedagógica”, que tinha entre suas pretensões desenvolver uma série de estudos visando à sistematização dos estudos do meio praticados na rede, normalmente dispersos e muitas vezes carentes de um maior estofamento organizativo e de uma proposta que ultrapassasse a mera perspectiva de um passeio escolar, por mais meritórias que muitas delas fossem. Também se cogitava a elaboração e publicação de um material de subsídio didático e metodológico para viabilizar um incremento das propostas de estudos do meio das escolas, permitindo, inclusive, que a Secretaria Municipal de Educação desenvolvesse suportes adequados para atender a essas propostas com recursos materiais e serviços exigidos para a sua consecução.

Um pequeno incidente ocorrido poucos meses antes, no ano letivo de 2001, deu ao proponente do projeto uma percepção bastante peculiar da situação com a qual se propunha a lidar. Num determinado dia, a Escola conseguiu um ônibus para levar os alunos das então sextas séries ao Parque Portugal (popularmente conhecido em Campinas como Lagoa do Taquaral). Pretendia-se levar as crianças a percorrer o perímetro da Lagoa, passear de bonde e assistir uma exibição sobre astronomia no Planetário existente nesse Parque Público. Convém dizer aos que não conhecem aquela cidade, que o referido parque é o seu principal equipamento público de lazer e ponto de visitação da população local e adventícia, ponto de amplo conhecimento popular e de fruição de área verde próxima aos bairros centrais. Para a minha surpresa, na turma que levava no ônibus, com pouco mais de 50, quase todos oscilando entre 11 e 14 anos, apenas 24 tinham ido alguma vez àquele parque, ou seja, um pouco menos da metade. Estupefato, pode constatar como aquelas crianças, assim como muitas outras em verificações posteriores, jamais haviam posto os pés naquele lugar que era a maior referência de lazer local. Restava apenas a fruição dos lugares mais precários da cidade, agravada, naquele bairro em especial, pelas condições de degradação do espaço escolar, um dos únicos equipamentos públicos ali disponíveis.

Em aulas subseqüentes, o pequeno inquérito se deslocou para a percepção que aquelas crianças tinham da cidade na qual residiam. A maior parte, embora nascida em Campinas, tinha seus pais oriundos de outros municípios e regiões do Estado e do país.



Nas aulas de História se constatava que muitos vinham de experiências de migrações seguidas, com os eventuais efeitos da desagregação dos liames familiares e das recomposições dos arranjos societários e culturais ao sabor do enfrentamento das agruras de uma existência que tinha nas carências o seu cerne. Em relação às referências e marcos tradicionais da cidade, o desconhecimento era quase absoluto. Perguntados sobre pontos importantes da história da cidade na área central, como a Catedral Metropolitana, a antiga Estação da Estrada de Ferro Paulista, alguns museus locais e outros, a maioria nunca tinha freqüentado ou mesmo visto. Seus pontos de referência ou marcos na região central da cidade eram focados nos serviços aos quais seus parentes ou eles mesmos tinham de recorrer em determinadas circunstâncias, como repartições públicas, agências bancárias, firmas comerciais, estações centrais de ônibus ou outros inseridos nas condições de suas vidas na cidade.

Importante lembrar que os marcos por eles indicados, muitas vezes eram contíguos aos marcos consagrados da memória local, mas seus olhares e interesses (ou preocupações) estavam focados em outras direções. Sua história era contemporânea, sua relação com o território tinha uma outra densidade de tempo, sua memória tinha outros referenciais para os mesmos lugares. Tudo se enfeixava sutilmente numa fala comum quando iam ao centro da cidade: “eu vou para Campinas”, ou seja, a fala da exterioridade em relação ao lugar. Mesmo morando ou sendo naturais da cidade, ela, com seus referenciais tradicionais não lhes dizia respeito, sua história era outra.

Com base nessa experiência, publicou-se um breve artigo de divulgação na Revista do Sindicato dos Professores de Campinas e Região, intitulado “*A saga da Nova Gente ou a Preservação do Passado de Todos*”, que tinha como foco central a questão de que as políticas de preservação patrimonial deveriam ter um alcance muito amplo, a fim de tornarem esse patrimônio usufruto plenamente público, de permitir que as diferentes referências da cidade fossem acervo de todos os seus cidadãos. Diga-se aqui, diferentes referências no sentido de que o que seria considerado patrimônio poderia englobar uma ampla gama de significações, não obedecendo necessariamente uma hierarquia centrada nos agentes que se auto-entendiam como espécie de “proprietários da história” do lugar. Ainda sobre isso, numa cidade em acelerado

crescimento e desenraizamento⁷ de suas populações mais antigas (as mais bem situadas economicamente se refugiando nos condomínios fechados e as menos afortunadas se deslocando para os bairros de periferia, em graus descendentes de poder aquisitivo), além da incômoda presença de levas e levas de adventícios igualmente desenraizados, esses últimos costumavam a ser vistos como uma espécie de “novos metecos”, forasteiros que conspurcavam a rica memória da cidade dos “barões do café”.

Nesse caldo todo, como pensar que as referências de exclusão poderiam gerar algo menos que a violência social como resposta? Além disso, e de forma mais particular, como defender a valorização e preservação dos marcos de memória da cidade e seus monumentos da depredação, se eles não faziam sentido para os que deles se acercavam e seus “herdeiros” estavam tranquilamente fechados em seus condomínios fechados, com direito a câmeras de monitoramento, equipes de seguranças e cercas elétricas? Como construir uma história cidadã numa cidade sem cidadãos?

Assim, voltando à experiência dos estudos do meio, o projeto estava ancorado na perspectiva de superar essas barreiras entre “nativos” e “forasteiros”, que se agregavam a toda uma vasta gama de discursos eivados de preconceitos ou discriminações contra grupos regionais, étnicos ou culturais que tivessem como denominador comum a marca da pobreza. Era, assim, importante enfrentar a história presente da cidade a partir da perspectiva de sua própria história pregressa.

O Grupo de Trabalho, atuando em três anos letivos, com o envolvimento de cerca de sessenta professores de diversas disciplinas, mas tendo em torno de quinze como grupo mais fixo⁸, estabeleceu um roteiro de atividades que tinha dois pontos básicos: a visitação de estudos às escolas e aos marcos referenciais mais tradicionais da memória da cidade, além da seleção e leitura de obras relativas à história local.

Nessas visitas, muitos professores, a maioria não-naturais de Campinas, mas residindo há vários anos na cidade, perceberam o seu quase total alheamento dessas referências de sua memória. Lugares pelos quais se passava cotidianamente e tinham

⁷ A questão do enraizamento e desenraizamento é discutida de forma bastante sugestiva por WEIL, a quem citamos na epígrafe desse texto. Realizamos, aqui, pequeno deslocamento, uma vez que a autora, que escreveu nos anos 1930/40, associava a situação de desenraizamento às condições de exclusão social, perseguições e exploração. Entendemos que essa situação, sob prisma diferente, se pode pensar também para algumas populações “refugiadas” nos modernos *bunkers* de concreto e cercas de arame conhecidas como condomínios fechados.

⁸ Conforme discutiremos adiante, esse grupo não se limitou a professores da Rede Municipal de Educação, mas interagiu com outras instâncias da administração municipal e uma série de instituições da cidade, que foram ampliando o escopo das atividades inicialmente previstas.

sido olhados de passagem nunca tinham sido vistos efetivamente. Com surpresas atrás de outras, foi se deslindando uma percepção da riqueza do seu acervo, acervo em pessoas de ontem e dos dias que corriam, e que tinham construído e construíam suas marcas com o passar dos tempos. Procurava-se, assim, quebrar uma das leis de ferro que identifica o tempo histórico exclusivamente com o passado, aprisionando-o como propriedade de alguns e exterioridade para os demais. Dessa forma, não bastava respeitar as novas marcas deixadas pelos cidadãos do tempo histórico atual, também era importante permitir a apropriação das marcas do passado de alguns por todos, com a condição de quebrar outra das leis de ferro que vê esse passado como lugar de paz dos mortos, mas não permite ver a vida pulsante contraditória que se esconde nos desvãos dos testemunhos remanescentes. A suntuosa Catedral não era apenas a Catedral dos Barões do Café e da então dominante Igreja Católica, também era um empreendimento que se arrastou por décadas no século XIX e demandou suor de escravos e outros trabalhadores que ergueram suas paredes e nas quais alguns pereceram vítimas dos acidentes que marcaram a obra. A vistosa Estação Ferroviária não era apenas o ponto que marcava a modernidade dos fins do oitocentos, que garantia o rápido transporte de pessoas e cargas de uma economia em franco crescimento, mas também era o local de um massacre de trabalhadores numa greve acontecida em 1917 e brutalmente reprimida na porteira da Capivara. Uma bela praça na região central, hoje ajardinada e com monumentos, era antigo cemitério de escravos e lugar de sociabilidade das populações mais pobres do lugar até as primeiras décadas do século XX. Cada lugar suscitava novos questionamentos e provocava a ruptura com uma história linear e exclusiva. Essa outra história, eivada de vozes diferentes, de conflitos, era a história dos que viveram e labutaram e que, de certa forma, se aproxima mais do tempo dos que vivem

A leitura de uma série de obras sobre a história local trouxe subsídios indispensáveis para o entendimento de diferentes aspectos da vida do lugar. Entre essas obras se situavam as mais distintas versões construídas em décadas pela historiografia que se debruçou sobre a cidade, trazendo desde uma perspectiva apologética de seu passado, até as novas e instigantes interpretações. Um livro do historiador José Roberto do Amaral Lapa “*A Cidade: os Cantos e Antros*”⁹, que desmistificava várias versões

⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os Cantos e Antros* – Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1996. No ano 2000 o professor Amaral Lapa estava ultimando um livro oriundo de laboriosa pesquisa sobre a pobreza no Brasil, que tinha Campinas como centro, quando a morte o surpreendeu em



sobre o passado opulento de Campinas, foi seminal para as reflexões realizadas pelo grupo em suas diversas atividades.

Nesse transcorrer de atividades, o grupo passou a interagir com instituições, pesquisadores, numa relação muito rica de colaboração, que efetivou-se na produção de propostas de trabalho comuns. Entre elas uma exposição realizada junto ao Museu da Cidade e o Museu do Café, chamada *Águas que movem a história*, ocorrida entre maio e outubro de 2004, e que contou com a visita de dezenas de escolas, numa perspectiva de contar a história da cidade a partir das diversas relações que seus habitantes estabeleceram com os recursos hídricos.

A aproximação com o Grupo Memória, História e Educação (Gepememo), da Faculdade de Educação da Unicamp, à época coordenado pela Prof^a Dr^a Carolina Galzerani, redundou na colaboração no desenvolvimento do projeto daquele grupo intitulado “*A Cidade como lugar de memórias e educação dos sentidos*”, que teve como foco a atuação junto aos filhos de membros da Guarda Municipal de Campinas, para quem foi destinada uma formação baseada na educação patrimonial.

Conheça Campinas

Bem mais estreita e permanente foi a colaboração com o Departamento de Turismo da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, que passou a desenvolver o Programa Conheça Campinas, a partir de 2003. Através desse programa, se procurou adotar uma política de turismo que tinha como foco o patrimônio cultural da cidade, considerando o próprio cidadão como destinatário das ações turísticas, sem negar a importância de bem receber os visitantes. Isso significava remar contra uma percepção do turismo voltada exclusivamente para um público externo, alienada do morador do lugar, não raro constrangido a não frequentar lugares destinados ao turista. Também isso se chocava com uma leitura que associava o turismo local apenas ao turismo de negócios, ligado ao mundo empresarial. Dessa forma, a ampliação dessa política pública e a inversão de prioridades longamente estabelecidas levou ao

plena atividade. Alguns anos depois, a obra foi finalmente lançada vide *Os Excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. São Paulo: Edusp; Campinas: Ed. Unicamp, 2008.



enfrentamento de segmentos que não aceitavam a modificação de verdadeiras rotinas longamente estabelecidas naquele Departamento.

Uma das providências iniciais foi a de elaborar um Mapa Cultural do Município, que tinha como base a sobreposição da atual malha urbana sobre a antiga, sinalizando a evolução urbana e os pontos de interesse cultural. Foram detectadas e tornados visíveis uma série de associações, grupos culturais, atrativos naturais, bens patrimoniais, distribuídos na malha central e nos bairros. O mapa recebeu várias edições, com a incorporação de novas referências localizadas e se tornou uma referência útil tanto a um visitante, quanto a uma sala de aula.

Decorrente da edição do mapa cultural, várias ações foram desenvolvidas no tocante a visibilidade de espaços culturais da cidade, com sua valorização e ações de requalificação. A principal foi o espaço do mirante de uma antiga estação elevatória de distribuição de água da cidade, localizada num dos pontos culminantes da região central, conhecida como Torre do Castelo. A partir do mirante da Torre é possível divisar as distintas regiões da cidade, o sentido do desenvolvimento urbano, as áreas rurais. Atividades diversas foram realizadas no mirante, possibilitando a visita de escolas e do público em geral.

O projeto de maior envergadura do programa foi o da ampla sinalização turística do patrimônio cultural da cidade, num suporte arrojado e projeto gráfico requintado, disponibilizando o acesso a um rico acervo de informações sobre cada área ou bem imóvel sinalizado, a origem e desenvolvimento de cada um deles, possibilitando ao transeunte – turista ou morador – o usufruto de informações escritas e visuais normalmente acessíveis a um público bem mais restrito.

As placas foram implantadas paulatinamente em praças públicas, ruas e edificações, associadas ao desenvolvimento de roteiros de visitação possíveis aos moradores e visitantes, abrindo possibilidades de um melhor conhecimento da cidade e de seu patrimônio cultural. Um dos roteiros desenvolvidos, tinha como base a educação na cidade de Campinas, sendo publicado pequeno opúsculo relativo ao roteiro, adaptado do livro produzido pelo Grupo “Estudos do Meio”. Esse roteiro foi oferecido a professores e alunos da rede municipal no ano de 2010. Essas placas, uma vez estando em áreas de passagem e circulação de pedestres, também podem ser vistas independentemente da existência de roteiros previamente estruturados.

Conhecer Campinas numa perspectiva histórica

Enfeixando o projeto do grupo, se elaborou o material de subsídio didático denominado “Conhecer Campinas numa perspectiva histórica”, desenvolvido ao longo do conjunto das atividades e finalizado e publicado em 2005. Esse material consistiu em um livro e um *compact disc* que traziam um conjunto de elementos e sugestões didáticas para suporte aos estudos do meio.

Sua elaboração se deu em meio a uma gradual maturação em relação ao conceito que deveria ter o livro. Não seria um livro de História da cidade, contando sua História de forma cronologicamente linear, mas um livro que buscasse perceber a cidade a partir de uma perspectiva histórica. Esse aparentemente pequeno deslocamento, coloca questões de certa monta. Normalmente, as questões que tratam da história têm sido relegadas a uma disciplina em específico, a História, cujos especialistas estão qualificados e abalizados a proferir o que compete em termos de percepção da história de um lugar, de uma época. Não se tratava, certamente, de negar o lugar do historiador como um interlocutor privilegiado da história – até porque um contingente do grupo era composto por profissionais dessa disciplina – mas de perceber que não lhes compete uma exclusividade em relação à história como algo de sua propriedade. A zombeteira provocação de Chesneaux continua a reboar em tempos de tão bom comportamento e tamanho servilismo acadêmico, muito embora não precisemos concordar com todas as suas consequências: “a história é decididamente muito importante para ser relegada aos historiadores...” (CHESNEAUX, 1995, p. 20).

Uma problemática especial se colocava em relação ao público principal para o qual a obra era voltada, os alunos das escolas públicas da cidade (se bem que não exclusiva para eles), imersos em situações de desterritorialização, desenraizamento. Daí se colocava a questão: o que, do passado da cidade, interessava para a construção de novas raízes para eles? Seria possível contar uma outra história, de um outro lugar, que não era o deles naquele momento? Ou seria possível uma apropriação desse passado a partir de novas referências? O patrimônio restrito a alguns poderia tornar-se do todos? Nesse sentido, o socorro de Marc Bloch nos lembra que “a *educação da sensibilidade histórica* nem sempre está sozinha em questão. Ocorre de, em uma linha dada, o

conhecimento do presente ser diretamente ainda mais importante para a compreensão do passado” (BLOCH, 2001, p. 66. Grifos nossos). Dessa forma, e tão bem aconselhados, nos lembramos do recado do mestre de que o tempo presente também é tempo da história e é imersos nele que construímos nossas relações –sejam quais forem elas – com os tempos do passado.

Assim, seria possível pensar uma percepção da cidade a partir de uma perspectiva histórica, que possibilitaria que aqueles situados no presente se apropriassem do passado e pudessem construir suas próprias relações de pertença ao lugar, que pudessem olhar para o patrimônio de todas as épocas como marcos de **suas** histórias. Como decorrência, a visita aos lugares de referência tradicionais da cidade não teria como finalidade a de “contar a história” dos mesmos, mas de partir dessas histórias para desenvolver determinados temas relacionados àquela história e que relacionassem o tempo passado ao vivido. Isso possibilitaria quebrar essa clivagem absoluta entre passado e presente, não nociva à compreensão efetiva da história e na qual caem mesmo muitos historiadores com diploma e fardão. Também seria possível avançar no sentido de quebrar uma hierarquização de lugares, entre os dotados de história e os sem-história, tal como acontece naquela percepção inicial que apontamos entre as ditas “cidades históricas” e as demais. À medida em que o projeto de uma *educação da sensibilidade histórica* avançasse, qualquer lugar poderia ser adotado como referência de patrimônio coletivo, com certos *tesouros do passado e pressentimentos de futuro*.

Durante três anos os professores, além de estudarem e escreverem, vagaram pela cidade, olharam o movimento das ruas, a relação que os que fazem história hoje estabeleciam com os marcos daqueles que fizeram história outrora. Assim, lugares aparentemente anódinos foram sendo dotados de significados antes insuspeitados. Da visita à já mencionada Torre do Castelo e a uma praça distante chamada Largo do Pará, surgiu a questão da relação contraditória do acesso e a utilização dos recursos hídricos na cidade e que remetia a essa mesma relação problemática atual. Na visita a uma praça onde existia um antigo mercado e um remanescente beco em seus fundos, além do atual Mercado Central, emergiu o tema do abastecimento urbano e também dos processos de marginalização social presentes nesses lugares. A saúde, o transporte, a energia, a educação, a administração e outras questões foram surgindo nessa perspectiva histórica. Com isso, a história poderia ser objeto de apreensão por todas as disciplinas,



reconhecendo-se o papel significativo, mas não exclusivo, que a disciplina História tinha nesse sentido.

Nesse meio tempo, o deslocamento para várias cidades da região, como Amparo, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, São Roque, Itu, Sorocaba, onde se visitaram testemunhos do patrimônio local, em áreas urbanas e rurais, permitiu o estabelecimento de comparações de escala e a percepção de um passado mais fundo e denso, do qual restavam poucos testemunhos materiais em Campinas, o passado indígena e colonial paulista. Esse passado mais remoto foi percebido materialmente de maneira mais evidente em 2004, quando a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, contando com a colaboração com o Grupo de Estudos do Meio, promoveu uma série de escavações arqueológicas – o Projeto *Arqueourbs-Campinas* – em três espaços de ocupação mais antiga da cidade e se pôde perceber vestígios de primitivas ocupações sob camadas soterradas de tempo, por baixo do atual solo da urbe. Durante uma semana, milhares de pessoas passavam pelas escavações, absolutamente perplexas com a “descoberta” desses testemunhos, debates foram realizados nas praças, com a presença dos arqueólogos, professores, historiadores, estudantes de diversos graus, numa dinâmica que surpreendeu aos próprios envolvidos no projeto.

Começava a se delinear o que o grupo chamava de “livrinho” e que ganhou uma configuração mais elaborada, a partir de um projeto gráfico-editorial sofisticado, a cargo das jornalistas Fabiana Bruno e Martha Fontenelle. O livrinho chegou a 208 páginas, 526 imagens detalhadamente legendadas (mapas, fotografias, gravuras, desenhos), dezenas de sugestões didáticas e passou a exigir um segundo volume. Ele seria acompanhado de um CD com todas as imagens, disponíveis para o trabalho em sala de aula ou outro espaço. O volume chegou a tal proporção, que se percebeu a necessidade de um segundo e terceiro volumes, deslocando capítulos inteiros previstos para o volume único para os subseqüentes.

O lançamento do primeiro volume coincidiria com uma nova etapa na formação continuada, que se daria através de oficinas pedagógicas, que teriam como instrumento o material elaborado. Ainda em 2004, chegou-se a realizar um mini-curso de 20 horas, além de atividades relacionadas aos Museus da Imagem e do Som e da Cidade. Além do mais, se estreitou a cooperação com o Grupo de Desenvolvimento Rural do Município, permitindo a abertura para uma dimensão rural à qual estava relacionada à história

passada e presente da própria cidade, antigo centro açucareiro e cafeicultor e atual pólo de fruticultura, mesmo mantendo essas produções mais antigas. Também, em relação a esse universo rural, a aproximação com o assentamento rural de Sumaré (Município emancipado do território de Campinas) permitiu a aproximação de outras práticas do mundo rural que não as exclusivamente voltadas para a produção em larga escala, em grandes propriedades, mas para uma agricultura familiar e comunitária, de produção de gêneros alimentícios, numa perspectiva de apropriação da terra que diferia dos modelos predominantes. Outras instituições foram se somando à iniciativa, como a Santa Casa de Misericórdia, o Centro de Ciências Letras e Artes, o Museu do Negro, numa perspectiva de interação que tinha a história como seu denominador comum.

Dessa forma, a história da cidade não tinha barreiras espaciais e temporais prévia e rigidamente estabelecidas, nela residia o local e o universal, o tempo passado e as promessas de futuro. Nesse momento, cometeremos o imperdoável pecado de recorrer à auto-referência, mas não soubemos fazer melhor do que incorrer no perigo mais grave de cometer um auto-plágio:

A perspectiva é de que no local mora o universal, a cidade é atravessada por linhas de forças que revelam a ação de processos muito amplos, de natureza econômica, social, cultural e política. A cidade está presa ao mundo, mesmo que as coisas do mundo nela apareçam de forma peculiar, o que a diferencia de outros espaços e lugares. Assim, refletir sobre a cidade é refletir sobre o mundo tendo como foco um lugar específico, um ponto de observação (PESSOA, 2004, p.15).

Vários meses de 2005 foram tomados pela trabalhosa revisão e finalização do material, o que foi agravado pela mudança de administração municipal, tornando-se um fardo convencer as novas autoridades da relevância do trabalho. A coisa foi a tal extremo, que o livro acabou só sendo lançado em finais de novembro daquele ano e os novos dirigentes do Departamento Pedagógico informaram que teriam outras “prioridades”, descartando o prosseguimento do projeto integrado, que continuou em andamento no âmbito do Departamento de Turismo (então deslocado para a Secretaria Municipal de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo), com a instalação das placas de sinalização e outras atividades anteriormente mencionadas.



Vários capítulos dos pretendidos futuros livros ficaram em estados diferentes de desenvolvimento, mas a incompletude é mesmo marca de nossas obras históricas, é quase tudo um não-acabar de recomeçar.

Considerações que não são finais

Fizemos uma trilha relativamente tortuosa e auto-referente, mas isso se relaciona ao caráter mesmo que tomou a experiência. Talvez isso confira um caráter um tanto impressionista ao texto (fala) aqui apresentado, para o qual faltam as devidas vênias científicas e acadêmicas. Desde já, não nos propusemos a elidir um campo profissional de seu mister ou pregar a iconoclastia como saída para o problema do diálogo entre a história (não apenas a disciplina) e o público mais amplo. Certamente, boa parte do que foi feito não seria obtido sem a reunião de habilidades específicas, um treinamento técnico, que possibilitou o apuramento do faro, da visão, da audição, ou como Bloch chamou com autoridade, sensibilidade histórica. Para isso, o rigor da ciência não precisa ser visto como um amontoado de dogmatismos exercidos pelos detentores da vaidade – em verdade, todo o dogmatismo existe ali na fronteira onde acaba a ciência –, mas pode ser um exercício de humildade de perceber que aquilo que nos cerca é sempre maior do que o que podemos captar ou definir com a finitude de nossos sentidos.

A referida experiência nos leva a breves conclusões:

Os professores e os alunos podem produzir conhecimento para além dos chancelados pela inteligência bem pensante, mas isso não pode significar um populismo de achar que qualquer coisa que se fale pode simplesmente ser considerada. O rigor e a crítica no pensamento devem ser norma comum e universal para produzir-se conhecimento que vá além da mera reiteração do que já está aí.

A educação patrimonial é possível e proveitosa, mas, como toda metodologia, deve possuir seus próprios rigores, estimular o pensamento livre e crítico. Não é possível pensar numa proposta de educação patrimonial que se limite a repetir as referências já consolidadas sobre os lugares e pessoas, a partir de uma perspectiva que alheia as pessoas dos lugares.

As políticas de preservação patrimonial precisam estar antenadas com o mundo contemporâneo, é ele que dá sentido à própria idéia de preservação e define o que deve

ser considerado patrimônio comum. Não se pode fazer da preservação um pretexto para desterrar pessoas de seu espaço e de sua memória.

Os historiadores têm mais o que fazer, além de dourarem seus galardões nas tertúlias de vaidades junto com seus coleguinhas de profissão.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. vol. 1. (Artes de Fazer). 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CERTEAU, Michel de GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano*. vol. 2 (Morar, cozinhar). 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os Cantos e Antros – Campinas 1850-1900*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. São Paulo: Edusp; Campinas: Ed. Unicamp, 2008.
- PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. A Saga da Nova Gente ou a Preservação do Passado de Todos. *SINPRO-CULTURA*. Campinas, Ano VIII, nº 46, set. 1991, p. 13-15.
- PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org. /coord.). *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica*. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, Brasília: FNDE, 2004.
- SÃO PAULO (CIDADE). *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.
- WEIL, Simone. *O Enraizamento*. Bauru: Edusc, 2001.